

A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALGODÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT/BRASIL

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira¹

Resumo

Este estudo com o tema A PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT E A GESTÃO AMBIENTAL, discute o desenvolvimento da cultura e comercialização do algodão no Estado de Mato Grosso e suas implicações no ambiente. E foi realizado com o intuito de responder ao seguinte questionamento: De que forma a produção do algodão interferem na gestão ambiental no Município de Campo Verde-MT?. Por isso, o objetivo geral foi analisar de que forma a produção do algodão interferem na gestão ambiental no Município de Campo Verde-MT. E apresenta como objetivos específicos identificar o histórico da produção e comercialização do algodão no Município de Campo Verde; apontar as implicações ao meio ambiente em função do desenvolvimento da produção de algodão no Município de Campo Verde-MT; observar as implicações da grande produção frente às pequenas propriedades no tocante a impactos ambientais. Foi realizado a partir de levantamento bibliográfico e trabalho de campo e por final a análise dos dados. Espera-se que o resultado deste estudo possa contribuir com o entendimento do desenvolvimento da cultura de algodão no Estado de Mato Grosso, mas também apontar caminhos para que os gestores públicos possam buscar alternativas para a melhoria da logística de produção do algodão como também o cuidado com o ambiente no sentido de preservá-lo, para a atual geração e a geração futura.

Palavras chaves: producao e comercializacao de algodao

¹ Prof. da UNEMAT/Pesquisa desenvolvida com financiamento da FAPEMAT. E-mail: lisanilpereira@hotmail.com

Abstract

This study is on COTTON FARMING IN THE MUNICIPALITY OF CAMPO VERDE (MT) AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT, and looks at development of cotton farming and commercialization and its environmental implications. The study was carried out with the aim of answering the following question: In which ways does cotton farming interfere with environmental management in the Municipality of Campo Verde (MT)? The overall objective, therefore, was to analyze the way cotton farming interferes with environmental management in the Municipality of Campo Verde (MT). Also, the following specific objectives were set: identify the history of cotton farming and commercialization in the Municipality of Campo Verde (MT); indicate the environmental implications of cotton farming in the Municipality of Campo Verde (MT). The study involved a bibliographical survey, field work and data analysis. It is hoped that the result of this study may contribute to a better understanding of cotton farming in the state of Mato Grosso as well as showing ways that public administrators can seek alternatives for improved logistics for cotton production and better care for the environment in order to preserve it for this and future generations.

Introdução

Este tema é importante por que estuda a cultura e a comercialização do algodão no Estado de Mato Grosso e suas implicações no ambiente. A princípio, pode-se dizer que a produção de algodão e os impactos ambientais no Município de Campo Verde só alcançaram altos índices de produtividade a partir da relação ou junção entre ciência, tecnologia, produção e o setor empresarial.

Este estudo foi realizado com o intuito de responder ao seguinte questionamento: de que forma a produção e comercialização do algodão interferem na gestão ambiental do Município de Campo Verde-MT?

Para tanto, o objetivo geral da pesquisa foi analisar de que forma a produção e comercialização do algodão interferem na gestão ambiental no Município de Campo Verde-MT. Apresenta como objetivos específicos identificar o histórico da produção e comercialização do algodão no Município de Campo Verde e apontar as implicações ao

meio ambiente em função do desenvolvimento da produção de algodão no Município de Campo Verde-MT.

Espera-se que o resultado deste estudo possa contribuir com o entendimento do desenvolvimento da cultura de algodão no Estado de Mato Grosso, mas também apontar caminhos para que os gestores públicos possam buscar opções para a melhoria da logística de produção do algodão como também o cuidado com o ambiente no sentido de preservá-lo, para a atual geração e a geração futura.

Esta pesquisa foi desenvolvida através de fases previamente meditadas, sendo a primeira delas a elaboração do projeto de pesquisa, mediante o levantamento bibliográfico que neste trabalho assume um caráter de estudo exploratório. Tem como objetivo a obtenção dos dados, para responder o problema formulado. Neste caso, o problema foi definido e a pesquisa bibliográfica escolhida como técnica para a obtenção dos dados necessários para fornecer a resposta requerida. Quase todas as pesquisas se valem das fontes bibliográficas para interpretar os resultados, pois permite um melhor embasamento teórico e metodológico da temática investigada (GIL, 1991). Também auxilia no entendimento do tema, objetivando proporcionar maior familiaridade com o assunto, com vistas a torná-lo mais explícito.

Foi feita uma pesquisa do tipo documental e levantamento bibliográfico em livros da área e *sites* relacionados ao tema. A pesquisa documental se utilizou de dados disponibilizados pelo IBGE, SEPLAN, AMPA (Associação Matogrossense de Algodão). Foi realizada também uma pesquisa de campo onde foram realizadas entrevistas obedecendo a um roteiro previamente elaborado, para em seguida proceder à análise dos dados. A entrevista consiste no diálogo com o objetivo de colher determinada informação e ou dados relevantes para a pesquisa em andamento (MINAYO, 2010).

No trabalho de campo nos valem da observação que permite a atenção a um fenômeno ou problema para captá-lo, retratá-lo tal como se manifesta e pode ser natural, espontânea ou dirigida, e intencional participante e não-participante. A observação deve ser feita com um olhar criterioso para que as etapas posteriores da pesquisa não fiquem prejudicadas. A observação, assim como as entrevistas, são os meios “neutros” que adquirem vida definida quando o pesquisador os ilumina com determinada teoria, conforme assevera Minayo (2010).

A terceira e última fase desta pesquisa foi constituída da análise dos dados, mediante a tabulação que, segundo Rúdio (1986, p. 123), se constitui em “classificar é dividir o todo em partes, dando ordem às partes e colocando cada uma no seu lugar”.

O comércio e produção do algodão e a questão ambiental

As intervenções no ambiente se intensificaram após a Revolução Industrial, ao permitirem a ampliação da riqueza por parte da burguesia e a necessidade cada vez maior da mão de obra dos trabalhadores que até então estavam no campo, imprimindo, dessa forma no território desigualdades sociais que jamais havia existido até então. O capital, porém, na sua essência, é desigual, pois permite que os trabalhadores se articulem e lutem por mudanças e a garantia de direitos trabalhistas como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho.

No século XIX, com o avanço do capitalismo industrial, avançavam também os problemas ambientais, como o efeito estufa. E aí surge a preocupação com o ambiente, e, por isso, foi realizada, em 1972, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, em Estocolmo.

Após, décadas de discussão em torno do meio ambiente e mesmo ante a consciência do seu papel, os impactos no ambiente são grandes, como por exemplo, tem-se o efeito estufa e o aquecimento da terra crescente, terremotos, enchentes etc. Como forma de enfrentar ou minimizar estes impactos, passou-se a propor o uso da expressão desenvolvimento sustentável, e esta é uma ideia da academia, que objetiva a eficiência máxima e o desperdício mínimo quanto ao uso dos recursos naturais. Questionamos, porém, essa idéia, por entendermos a partir de dados e observações, que não há mudança no padrão de produção.

Assim, desenvolvimento sustentável se tornou dicsão muito utilizada, incorporada ao cotidiano da sociedade e da universidade, inclusive no assentamento que temos visitado no Estado de Mato Grosso, porém a ciência hoje é colocada em xeque, pois não dá conta de explicar o conceito de desenvolvimento sustentável. “O discurso do desenvolvimento sustentável apresenta-se, deste modo, como uma modificação cultural do próprio meio acadêmico nas condições da pós-modernidade” (SAHR, 1998, p.67).

De acordo com Dias (2006), a idéia de desenvolvimento sustentável está atrelada ao uso dos recursos naturais, desde que sejam preservados de forma que se pense nas gerações futuras. Ou dito de outra forma utilizar o ambiente pode desde que seja com ordem, o problema é que grandes empresas multinacionais tem continuado a derrubar a floresta, porém produzindo de forma sustentável. Mas onde esta a sustentabilidade? Será que não é apenas *Marketing*.

Enquanto isso, o artigo 225 da Constituição Federal do Brasil, que é o mais importante ligado à questão ambiental, pois vai ao encontro da garantia do meio ambiente como bem comum, ao verificar a forma como o território mato-grossense é apropriado, observa-se que este artigo não tem sido observado por gestores públicos e por aqueles que deveriam zelar pela Lei, pois ocorre uma ausência explícita da gestão ambiental.

Dessa forma torna este tema indispensável para aprofundar o conhecimento acerca da gestão ambiental, do comércio e dos negócios, que é muito antigo, pois já eram realizados desde a Grécia antiga e também na Macedônica, muitos séculos antes de Cristo. Werneck (2007) esclarece que o comércio é uma das atividades mais antigas realizadas pelo homem. As trocas eram necessárias para a sobrevivência do homem e, ainda hoje, muitas comunidades indígenas sobrevivem da troca. Atualmente as trocas de mercadorias são feitas mediante a permuta por moeda. No Brasil esta é chamada atualmente de real. A moeda, de acordo com Werneck (2007, p. 20), é utilizada “nos contratos de compra e venda, locação e prestação de serviços há pagamento do preço em dinheiro, ou seja, em moeda, meio de pagamento”. Os produtos exportados para o exterior, como por exemplo, a soja, são comercializados diretamente na Bolsa de Valores de Chicago nos Estados Unidos, onde a moeda predominante e quase universal é o dólar.

Neste estudo, a cultura de algodão é uma mercadoria, que segundo Werneck (2007, p. 20), “é qualquer bem material que pode ser objeto do comércio, isto é, que se compra ou vende ou que se pode comprar ou vender”. O comércio é definido como, “o conjunto das atividades de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços entre um país e as demais nações” (WERNECK, 2007, p. 19).

O Município recortado para este estudo é recordista na produção de soja e algodão para a comercialização, no entanto, chama a atenção a falta de preocupação com o ambiente nesse território.

Campo Verde: Processo de ocupação, histórico e dados atuais sócio-econômicos

A pesquisa foi desenvolvida, como expresso anteriormente, mediante busca documental, que permitiu observar como a produção de soja e algodão foi responsável pelo rápido crescimento da cidade nos últimos anos, uma produção que permitiu um rápido crescimento do comércio de *comodities*. Ao longo deste estudo pode-se por meio da coleta de dados, dialogar nas entrevistas com produtores, gestores e com algumas empresas multinacionais, e com a COOPERFIBRA, a maior cooperativa de fibras do Município de Campo Verde, que já foi maior exportadora de algodão do País. Há de se destacar que a produção desenfreada de algodão traz danos ao ambiente, justamente pela falta de entendimento da importância de produzir com responsabilidade e pela ausência da gestão ambiental.

A colonização intensa que deu origem ao Município de Campo Verde ocorreu em 1960, mediante um processo migratório realizado por sulistas. Em 1974, chegou a região o R. Otávio Eckert, gaúcho de Carazinho, que adquiriu terras e fundou a Fazenda Campo Real. No ano seguinte abriu o Posto Paraná, às margens da BR-70, o primeiro grande estabelecimento comercial da futura Campo Verde (FERREIRA, 2001, p. 8).

A emancipação política do Município aconteceu em 1988, pela Lei n.º. 5.314. Campo Verde está localizado na Mesorregião Sudeste Mato-grossense e Microrregião de Primavera do Leste.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Município cresceu 9,29%, passando de 0,732 em 1991 para 0,800 em 2000.

A Educação contribuiu com 60,2%; depois, o índice de longevidade, com 27,7% e a renda, com 12,1%.

Segundo a classificação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Campo Verde está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8), porém, o Município apesar de apresentar um elevado índice do IDH, revela

desigualdades sociais que são consequências da elevada concentração de renda de um pequeno número e alta concentração de terras. Enquanto uma pequena parcela da população está com grande parte das terras, hoje o município tem no seu território sete assentamentos rurais, com 1.068 assentados. O primeiro assentamento é o 14 de agosto, com 70 famílias. Este também foi o primeiro assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado de Mato Grosso. Foi em 14 de agosto de 1995 que ocorreu o primeiro acampamento no Município de Pedra Preta, do Estado.

Segundo dados do IBGE de 1º de julho de 2009, o Município de Campo Verde conta hoje com uma população de 28.147 habitantes.

As características físicas como a vegetação e solo contribuem com a expansão da agricultura, que se destaca no cenário nacional e internacional. Os impactos ao ambiente, no entanto, hoje também igualmente grandes em Campo Verde. A área do Município é de 479.455,50 hectares com área desmatada em 2002 de 3.539,61 hectares e porcentagem de 73,96.

Figura 01 –A área de estudo



Fonte: Disponível em: <mtseusmunicipios.com.br/NG>

No espaço rural e urbano do Município de Campo Verde, estão presentes as seguintes multinacionais: Bunge, de origem holandesa; ADM – Archer Daniels Midland – de origem estadunidense compra e financia a produção de soja e milho; Cargill Complexo de Soja, de origem estadunidense; LDC – Louis Dreyfus Commodities – de origem francesa; e a Nobre, de origem Chinesa. A produção para o mercado externo é quase totalmente dependente de financiamentos dessas grandes empresas.

A moderna agricultura é sensível demais ao capital especulativo. Agora, por exemplo, a reclamação dos grandes produtores em relação ao câmbio, sempre que o dólar cai, é visível. Existem produtores dependentes de grandes multinacionais como a Cargill, Bunge, ADM e LDC, que se beneficiam desta vulnerabilidade do mercado interno brasileiro.

Entre essas transnacionais, existem as que só compram o produto e as que financiam a produção. A única que produz no Brasil é a LDC não no Estado de Mato Grosso. Produz cana no Nordeste e laranja no Estado de São Paulo. A LDC ou Dreyfus, como é mais conhecida, existe há mais de um século e quando chegou ao Brasil, comprou o grupo Coimbra e está atuando no Município de Campo Verde desde o ano 2000. Atua em Campo Verde com o financiamento da produção. Hoje financia em torno de 12 produtores no Município.

A produção de soja, como a de algodão, que são os carros-chefes da agricultura brasileira, sobretudo a matogrossense, são voltadas às exportações. Na safra de 2005 e 2006, Campo Verde foi considerada a capital nacional de exportação de algodão. Já as safras de algodão, de 2007 a 2009, apresentaram quedas de produção em virtude da crise econômica, o que demonstra a vulnerabilidade da agricultura não só matogrossense como brasileira; e também o poder de especulação dos produtores matogrossenses, quando o preço está bom, aumenta-se a área de produção, quando o valor cai, reduz-se a produção.

E esse feito foi conseguido pela COOPERFIBRA – Cooperativa de Cotonicultores de Campo Verde - com 154 cooperados. Esta cooperativa não atua somente na área de algodão, também tem um armazém para armazenar milho e soja para 47 cooperados. Tem um Campo Experimental com terras de 66 hectares arrendadas, onde são feitos experimentos de soja, algodão, feijão e trigo, através mediante uma parceria com a EMPAER (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

e Assistência Técnica). Já há produção de trigo no Município vizinho de Primavera do Leste, além de estar construindo uma fábrica de esmagar soja.

A produção de algodão envolve máquinas pesadas e muita tecnologia. Estes são alguns exemplos de grupos que produzem algodão no território de Campo Verde: Grupo Bom Futuro – da família Maggi, que produz e beneficia o produto, só a classificação do algodão é feita fora das propriedades do grupo.

O algodão é recolhido da propriedade e embalado na forma de fardões em torno de 230 a 280 quilos que ficam na própria propriedade e é encaminhado para a algodoeira. Só no Município de Campo Verde há em torno de 12 algodoeiras, sendo a Cooperfibra a principal delas, pois envolve muitos produtores, enquanto alguns produtores com maior capital constroem as próprias algodoeiras. Os fardões seguem para a algodoeira onde são beneficiados, ou seja, tira-se o caroço e são transformados em torno de 16 fardinhos menores que ficam perto de 170 a 220 quilos. No caso da Cooperfibra, esse fardinho é vendido para o pólo de Surveyors & Consultants Fiação e dali segue para os estados de MG, SP, SC. Os países compradores de algodão são Indonésia, China e Japão.

Na algodoeira, depois do beneficiamento do algodão e o armazenamento de pequenos fardos, esse algodão passa por duas classificações em empresas especializadas: A classificação visual e a Classificação por HVI – Haig Volume Instrument.

Essa classificação é feita de acordo com a instrução Normativa Nº 63, de 05/12/02, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que regulamenta a classificação do algodão em pluma. Entende-se por algodão o produto originado das espécies *Gossypium herbaceum*, *Gossypium arboreum*, *Gossypium hirsutum* e *Gossypium barbadense*.

O Município de Primavera do Leste tem mais empresas responsáveis pela compra do algodão. Algumas delas de outros estados enviam funcionários, a exemplo da CEDRO, que negocia diretamente com o produtor. Esses profissionais observam a qualidade do produto tais como HDI, cumprimento de fibra e resistência.

O caroço do algodão também é comercializado, e serve para ração e produção de óleo e bio combustível.

Conforme entrevista realizada com o Diretor Comercial da LDC, todo o volume de *commodities* que é negociado pela empresa em Campo Verde vai para Alto Araguaia e de lá segue por ferrovia para o porto de Santos em SP de onde segue para os países compradores do produto. Segundo ele, a LDC é diversificada como empresa e esta investindo em bioenergia sendo a segunda no País. Em todos os segmentos no Brasil é a maior investidora em navegação. O financiamento da produção feita pela LDC Dreyfus é feito através de um contrato com o produtor. A negociação procedida por via de um contrato rigoroso elaborado na sede da empresa no Brasil, localizado no Estado de São Paulo. A LDC é uma empresa familiar. No Município de Alto Araguaia, a LDC tem uma fábrica de esmagar grãos e produção de óleo degomado e defumado. Do produto bruto, se extrai o farelo e o seu sub produto é a lecitina. O sub produto também é utilizado na produção do bio combustível, que é a segunda no Brasil.

A LDC atua em vários municípios, além de Campo Verde, tais como: Primavera do Leste, Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Tangará da Serra, Sapezal e Rondonópolis. O mercado de soja e o valor são regulados pela Bolsa de Valores o produto é negociado em dólar. A moeda é definida como um objeto de aceitação comum, através da qual se realizam trocas de mercadoria, além de serviços, “que possui capacidade de pagamento e aceitação imediata, além da aceitação garantida por lei” (CÂMARA, 2007 b, p. 105). Este autor aponta que a moeda no passado tinha um lastro de ouro. Os países tinham esse equivalente de moeda guardado em ouro, porém, com a expansão do comércio e a credibilidade do papel moeda, os países não teriam tanto ouro para garantir essa troca.

Segundo Seabra (2009, p. 24), “A formação do preço de um produto no mercado internacional é consequência de condições de oferta e demanda nos países exportadores e importadores daquela mercadoria”. E é por isso que as *commodities* são muito sensíveis ao mercado, ou seja, com a crise econômica o produtor reduz a área de plantio.

A venda do produto, no entanto, por parte de quem produz é feita a preço fixo, ou a fixar, mas muitas vezes o produtor não tem onde estocar o produto e nesse sentido o valor é fixado conforme a sua necessidade. Na hora da colheita também pode comprar o produto, com a venda chamada de *spot*. Sobre os ganhos com a venda, antes da produção ou depois da produção segundo este entrevistado, produtor de algodão é relativo.

A exportação do produto da LDC é bem diversificada e vai para países da Ásia e Europa, África e Austrália. São tantos os países “que não dá para especificar os países” (fala do Diretor Comercial do Pólo de Primavera do Leste).

A Bunge e a ADM são as maiores em volume negociado. Vale lembrar que a Bunge não planta nenhum tipo de produto, mas financia, recolhe, armazena, comercializa e industrializa toda a produção, sendo a maior multinacional de produtos comestíveis. Só no Município de Rondonópolis foi construída no ano de 2005 a maior fábrica de óleos da América Latina.

Podemos observar na pesquisa a campo que não há nenhuma preocupação com o ambiente na produção do algodão e nem na comercialização. O fardão é retirado das propriedades rurais e transportado para as algodeiras que fazem o processamento de separar a pluma do caroço do algodão. Não existe, porém, nas algodeiras nenhuma tecnologia capaz de fazer o aproveitamento das sobras do caroço do algodão, além, ainda como se observa, de um grande desperdício da própria pluma do algodão. Já existem várias empresas no País que, preocupadas com aproveitamento do resíduo do algodão, tem conseguido dar finalidade ao que poderia estar provocando mais impacto no ambiente, no entanto, em Campo Verde não existe ainda planejamento para aproveitamento das sobras do caroço do algodão.

Inovar técnicas, propiciar a reciclagem, é bom para as empresas que passam a ser bem conceituadas pela população que credita a elas a preocupação com o meio ambiente.

Existe na produção de algodão uma ausência de preocupação com os recursos naturais como água, ar, solo. Percebe-se que a preocupação dos produtores é com o lucro e não com a natureza. E, de certa forma, causa angústia ao perceber que a gestão municipal não tem nenhuma autonomia para coibir agressões ao meio ambiente.

A ausência da gestão do meio ambiente faz com que recursos como a água sejam intensamente atingidos na produção do algodão, pois se usa muito agrotóxico, muita energia, produtos químicos que são nocivos ao ambiente e à saúde humana. A água do Município é mais afetada pelo agrotóxico usado na produção. Uma das formas de se evitar que a água utilizada nesses espaços volte ao leito poluído é fazer uma estação para o tratamento da água, que não existe no Município de Campo Verde. A poluição da água é responsável pela falta do produto em alguns assentamentos.

O ar também é atingido com o uso intensivo de agrotóxicos, sobretudo a aérea, pois, ocorre a poluição do ar para além das propriedades onde é aplicado o veneno. Vale lembrar que, no Município vizinho, Primavera do Leste, existe a maior frota de aviões agrícolas do País. Mato Grosso constitui dos estados que mais empregam pilotos para esse tipo de aviação. Problemas respiratórios são muito comuns e inclusive problemas psiquiátricos, como pudemos constatar com a psicóloga do Município.

O solo também é atingido em virtude da infiltração de resíduos sólidos e de águas contaminadas o que é constante e contribui com o empobrecimento do solo. É comum ouvir que a produção do algodão por onde passa produz riqueza, no entanto deixa muita miséria ao ambiente.

A questão que fica diante do tema produção do algodão é a ausência da gestão ambiental, porque os poderes públicos não cumpriram com o seu papel de fiscalizar a apropriação do meio ambiente. Por que não tentar coibir tanta agressão ao meio ambiente? Segundo informações da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, o Poder Público é quase inoperante, pois quem produz algodão é um grupo elitizado que tem muito poder econômico e político. Afinal, o grupo Amaggi, que se faz presente nesse território, é uma das empresas mais fortes nesse ramo de produção, e, até ontem, o grande expoente desse grupo era governador de Mato Grosso, hoje senador eleito, que irá, sem dúvidas, aumentar a bancada ruralista no Congresso Nacional e defender os interesses dessa elite, o que se pode considerar lamentável.

Apesar da alta produtividade e dos impactos no ambiente, a moderna agricultura é sensível demais ao capital especulativo, aumentando a dependência dos produtores junto as multinacionais como a Cargill, Bunge e ADM, que se beneficiam desta vulnerabilidade do mercado interno brasileiro.

Considerações Finais

Optou-se por estudar a produção e comercialização de algodão no Município de Campo Verde –MT e as implicações na gestão ambiental, com o propósito de apresentar e discutir as diferentes abordagens sobre a concepção de gestão ambiental, de forma resumida, onde se problematizam as diferentes visões teórico-analíticas, intercalando com a discussão ambiental.

Esta pesquisa procurou discutir a ocupação de Campo Verde, a produção do algodão e a sua relação com o meio ambiente. O desenvolvimento de um tema como este é importante para chamar a atenção das pessoas com relação aos impactos que ocorrem como consequências dessa produção. E esse é o grande desafio para a educação. Comportamentos sociais corretos são aprendidos na prática do dia a dia na empresa: gestos de solidariedade, hábitos de cuidado com o ambiente, participação em pequenas atividades que estimulem a Educação Ambiental são exemplos disso.

A área de produção tem aumentado, mas não há preocupação com o ambiente, pois, entre os grandes proprietários de terras, não há muita preocupação com o meio ambiente, que é apenas o receptáculo da produção de lucros. A cultura do algodão é mais recente no Estado de Mato Grosso, mas como uma produção crescente, é uma cultura que envolve muita tecnologia e capital, além de pouca mão de obra altamente especializada. A tecnologia usada no Estado de Mato Grosso apresenta competitividade mundial, mas falta industrialização da produção.

O problema da pesquisa foi respondido à medida que se conseguiu detectar que existe uma ausência da gestão ambiental na produção e comercialização de algodão no Município de Campo Verde, pois a gestão do meio ambiente deve ser exercida não só pelos poderes públicos como também pelas organizações, que devem cumprir com suas responsabilidades socio ambientais.

O conjunto do consumo de fibra do algodão representa 85% do algodão manufaturado no País. Na produção do algodão, são usados agrotóxicos, como inseticidas, pesticidas, fungicidas e inseticidas e processos de adubação química artificial e sintética. Para tentar coibir essas práticas, algumas empresas criaram uma etiqueta que certifica a origem e o tipo da produção. Essa etiqueta que rastreia o produto já existe em Campo Verde. O problema na saúde chega a atingir quem usa a roupa oriunda desse algodão altamente poluído. Daí questiona-se, se quem veste a roupa oriunda desse algodão pode ter problemas como câncer, conforme Santos (2010). Agora imagine-se quem vive no território onde é produzido esse algodão no caso, Campo Verde!

Referências

- DIAS, Reinaldo. *GESTÃO AMBIENTAL Responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2006.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (Org.). 29 ed. Petrópolis-RJ: Vozes. 2010.
- RÚDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.
- SAHR, Wolf-Dietrich. *O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Uma palavra e as coisas* IN *R R A ' E G A*. Curitiba: UFPR, 1998. pgs. 64-84.
- SANTOS, Simone. *Impacto ambiental causado pela indústria têxtil*. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1997_T6410.PDF, Data de acesso (20/11/2010).
- SEPLAN. *Anuário Estatístico de Mato Grosso 2008*. Cuiabá: Carlini Caniato, 2009. Vol. 31.
- WERNECK, Paulo. *Comércio Exterior & Despacho aduaneiro*. 4 ed. Rev. E ampliada. Curitiba: Juruá, 2007.